



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PL nº 449/2023

PARECER CONJUNTO Nº DAS COMISSÕES REUNIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA; DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER, E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 449/2023.

O Projeto de Lei 449/2023, apresentado pela Vereadora Jussara Basso (PSOL), propõe a instituição do Protocolo Municipal Antirracista na cidade de São Paulo. O objetivo principal é promover a equidade racial, combater o racismo e garantir ambientes inclusivos em estabelecimentos com grande circulação de pessoas. Para alcançar esses propósitos, o projeto estabelece diretrizes e medidas que devem ser implementadas obrigatoriamente em locais como escolas, hospitais, universidades, órgãos públicos, grandes estabelecimentos comerciais, entre outros, que contam com 10 funcionários ou mais.

A argumentação da autora se baseia na profunda raiz do racismo na sociedade brasileira, marcada por séculos de escravidão, falta de políticas efetivas para a população negra e persistência do racismo estrutural. Com aproximadamente 37% de negros em sua população, São Paulo, como uma das cidades mais populosas e diversas do Brasil, representa um polo econômico e cultural, tornando essencial a promoção da equidade racial. A proponente defende a urgência dessas ações como um passo importante para a construção de uma São Paulo antirracista, promovendo os direitos das pessoas negras e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade do projeto, na forma de um texto substitutivo, apresentado para aprimorar a técnica legislativa, assim como incluir a multa em caso de descumprimento do protocolo.

Iniciativas legislativas que propõem protocolos antirracismo têm surgido em diversas casas legislativas. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, tramita o Projeto de Lei nº 2476/2023¹, com o escopo de instituir o Protocolo Nacional Antirracista, determinando aos estabelecimentos de grande circulação de pessoas em todo o território nacional a implementação de medidas de prevenção, conscientização e acolhimento de vítimas em situações de racismo. Trata-se de propostas que visam criar mecanismos legais e institucionais que atuem de forma proativa na prevenção e combate ao racismo. Nesse mesmo sentido, tramitam proposições no Rio Grande do Sul, no Amazonas, entre outros locais².

Vale ressaltar que a iniciativa poderá favorecer a prevenção de atos de discriminação racial, fortalecer as instituições, estimular as denúncias, entre outras vantagens. Em relação aos aspectos a serem analisados pela Comissão de Administração Pública, a critério do relator, poderão ser solicitadas informações ao Poder Executivo sobre a viabilidade e oportunidade da implementação da proposta nos órgãos da Administração Municipal.

Considerando o interesse público de que se reveste a iniciativa, a Comissão de Administração Pública é favorável à aprovação do projeto, **nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.**

¹ [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://camara.leg.br/), acessado em 22/11/2023

² [Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul](https://legislativa.rio.grande.br/);
[Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas](https://legislativa.am.gov.br/), acessados em 21/11/2023



PL nº 449/2023

A Comissão de Administração Pública, quantos aos aspectos que deve analisar, não encontra óbices ao prosseguimento da propositura, sendo, portanto, **favorável** o parecer **nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa**.

A Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, no âmbito de sua competência, entende que a propositura é meritória e deve prosperar, sendo, portanto, **favorável** o parecer **nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa**.

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, no âmbito de sua competência, ressalta que o projeto é oportuno e meritório, **favorável**, portanto, é o parecer **nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa**.

Quanto ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, tendo em vista que a matéria não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está condizente com os referendos legais de conduta fiscal. **Favorável nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa**, portanto, é o parecer.

Sala das Comissões Reunidas,